Ramalde

Junta de Freguesia

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017 (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO E PLANO DE ATIVIDADES)

Índice

1. Contexto Macroeconómico 3
2. Medidas e Políticas Públicas 4
3. Política Orçamental da Autarquia 5
4. Estrutura do Orçamento 6
5. Apresentação Geral do Orçamento 6
5.1 Previsão das Receitas 9
5.1.1 Impostos Diretos e Indiretos 10
5.1.2 Taxas, Multas e Outras Penalidades 11
5.1.3 Transferências Correntes 11
5.1.4 Venda de Bens e Serviços Correntes 12
5.1.5 Outras Receitas Correntes 12
5.1.6 Receitas de Capital 12
5.2 Previsão das Despesas 13
5.2.1 Despesas com Pessoal 15
5.2.2 Aquisição de Bens e Serviços 17
5.2.3 Juros e Outros Encargos 17
5.2.4 Transferências e Outras Despesas Correntes 17
6. Grandes Opções do Plano (GOP) 19
6.1 Plano de Atividades (PA) 21
6.2 Plano Plurianual de Investimentos (PPI) 28
7. Conclusão 29

Índice de Tabelas:

Q.1 Receitas e Despesas por classificação Económica;
Q.2 Evolução das Receitas por classificação Económica;
Q.3 Evolução das Transferências
Q.4 Despesa por Rubrica
Q.5 Evolução da Despesa por Rubrica
Q.6 Evolução dos Apoios Diretos e Indiretos
Q.6.1 Desagregação dos Apoios Diretos e Indiretos
Q.6.2 Apoios Diretos e Indiretos por Funções
Q.7 GOP e Despesas de Funcionamento
Q.8 Classificação Funcional das Atividades
Q.9 Evolução do PPI

Índice de Figuras:

G1. Orçamento 2016 (GOP e Funcionamento)
G2. Evolução das Principais Transferências
G3. Estrutura da Despesa
G4. Despesa por Rubrica
G5. Evolução das Despesas com Pessoal
G6. Desagregação das Despesas com Pessoal
G7. Evolução das GOP e Funcionamento
G8. Distribuição do PA por Funções
G9. Funções Sociais
G10. PPI 2016
G11. PPI por Funções

Abreviaturas:

ADSE - Direção Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular
CAF – Componente de Apoio à Família
CEI – Contrato Emprego Inserção
CMP – Câmara Municipal do Porto
DGestE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
EB – Escola Básica
EdC – Espaço do Cidadão
EU – União Europeia
GIP – Gabinete de Inserção Profissional
GOP - Grandes Opções do Plano
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
LOE – Lei do Orçamento de Estado
PA – Plano de Atividades
PIB – Produto interno Bruto
PPI – Plano Plurianual de Investimentos
POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
SAMA - Sistema de Modernização e Capacitação da Administração Pública

Introdução

1. Contexto Macroeconómico

A presente proposta de orçamento foi elaborada em conformidade com os objetivos estratégicos definidos no início do mandato por este executivo que assentam em quatro temas, uma tetralogia: "Corrigir, Consolidar, Construir e Congratular", considerando ainda, o atual enquadramento económico e político nacional e europeu.

Ao nível europeu prevê-se que o consumo privado, o consumo público e o investimento para 2017 registem uma evolução positiva de 1,8%, 1,2% e 3,8%, respetivamente. Do mesmo modo, prevê-se que o PIB mantenha a trajetória de crescimento moderado em 2017, com um aumento de 1,9% na UE e 1,8% na zona Euro, e que a taxa de inflação ascenda a 1,5% na UE e 1,4% zona Euro[1].

No âmbito da economia nacional, as projeções apontam para a continuação do processo de recuperação gradual da atividade económica, com um crescimento de 1,6% do PIB para 2017, assente no crescimento do investimento e das exportações.

Perspetiva-se também que as componentes de investimento, consumo público e consumo privado aumentem 4,3%, 0,4% e 1,7% respetivamente. No que se refere à taxa de inflação perspetiva-se que, mantendo-se em níveis reduzidos, terá tendência para um aumento gradual, situando-se em 1,4% em linha com a média da zona euro[2]

No que respeita à administração local, o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, prevê a vinculação da despesa e da receita a um quadro plurianual de programação orçamental numa base móvel de quatro anos. Por falta de regulamentação, continuam a não estar criadas as condições legais para o cumprimento deste articulado da legislação.

[1] European Economic Forecast – Spring 2016
[2] Banco de Portugal – Boletim Económico – Projeções para a economia portuguesa: 2016-2018, junho 2016

Não obstante a aprovação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que prevê a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designado por SNC-AP, para 1 de janeiro de 2017, e que revoga, entre outros diplomas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), a presente proposta de orçamento é ainda apresentada nos termos do POCAL, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, de acordo com as orientações da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), considerando que esse é o referencial contabilístico que ainda se encontra em vigor. A partir de 1 de janeiro de 2017, se ultrapassados alguns constrangimentos, haverá um ajustamento em sede de execução para os modelos de reporte previstos no SNC-AP.

2. Medidas e Políticas Públicas

Decorridos três anos do presente mandato e alcançados os dois primeiros temas dos objetivos definidos para este mandato - "Corrigir, Consolidar" -, continuaremos a trabalhar no terceiro objetivo, "Construir" e almejamos iniciar o quarto objetivo com sucesso, "Congratular". Não consideramos que o objetivo "Construir", assente no propósito de melhoria do serviço público, uma maior proximidade com os cidadãos, desenvolvimento de projetos e atividades de fomento à cidadania, prática desportiva, com maior destaque nas crianças e jovens para uma maior coesão social (inclusão e envolvimento social), esteja concluído, é um objetivo que contém as principais preocupações, nas políticas e áreas de atuação definidas por este órgão executivo.

Não obstante, as dificuldades e os constrangimentos do quadro comunitário Portugal 2020, também a burocracia concursal, não nos permitiram ir mais longe. Certo, certo, é já uma grande certeza de todo o excelente trabalho desenvolvido, ou seja, podermos cumprir o quarto objetivo e tema "congratular" do programa traçado iniciado em outubro de 2013, a menos que surja alguma surpresa, exterior a este órgão executivo, em termos de agravamento da despesa financeira previsível (referimo-nos à injunção).

Nesta conformidade e propósito definem-se como prioritárias as seguintes políticas de intervenção para 2017, vertidas nas Grandes Opções do Plano (GOP):

- Manutenção das políticas de incentivo à prática desportiva e envolvimento social das crianças e jovens, junto das escolas do ensino básico (EB), através de atividades como o Hóquei em Campo, o Voleibol e o Futebol desenvolvidas pela autarquia em estreita colaboração com as Associações da Freguesia (Grupo Desportivo do Viso, Ramaldense Futebol Clube, Associação Cultural e Desportiva do Viso, Bombeiros Portuenses, entre outras);

- Fomento da prática desportiva para jovens e adultos, através da realização do Trail Urbano de Ramalde;

- Incremento das políticas de ação social e apoio às famílias, através do acompanhamento e apoio técnico, do projeto "Ramalde Solidário", "Fundo de Emergência Social", "Diagnóstico Social" e do envolvimento ativo nos consórcios dos Projetos "Raiz" e "OKAPA" cuja candidatura foi apresentada recentemente;

- Manutenção da articulação, cooperação e apoio às instituições da Freguesia, nomeadamente, Coletividades e Instituições de Solidariedade Social (IPSS);

- Continuação do Projeto "Educar para a Cidadania" destinado a crianças das EB nas turmas do 4.º ano do 1.º ciclo.

3. Política Orçamental da Autarquia

Em termos de previsão orçamental mantemos os princípios orientadores assumidos no início do mandato:

- Prudência na projeção das Receitas;
- Rigor na projeção das Despesas;
- Gestão rigorosa e transparente das Contas;
- Concentração de meios nas funções sociais (Educação, Ação Social, Animação Sociocultural, Cultura, Coesão Social, Juventude, Desporto e Lazer).

O valor global do orçamento para 2017 é de €1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros) representando em termos globais, um aumento de 0,84% (€ 10.000,00) face ao orçamento inicial de 2016.

Ao nível das receitas correntes, verificamos um aumento de 0,82% (€9.600,00) face ao orçamento inicial de 2016, justificado maioritariamente, pelo aumento das receitas

provenientes de impostos diretos (4,84%) e das transferências correntes (1,86%), que contrapõem a diminuição das receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades (9,17%) e venda de bens e serviços (3,37%).

No que respeita às receitas de capital não se verificam alterações significativas face ao orçamento do ano anterior, sofrendo estas receitas um aumento global de €400,00 (1,59%).

4. Estrutura do Orçamento

O orçamento 2017 não sofre quaisquer alterações ao nível da sua estrutura, obedecendo à seguinte decomposição:

01. Administração Autárquica
    - 01.01 Assembleia de Freguesia
    - 01.02 Junta de Freguesia
02. Serviços Administrativos
03. Educação, Ação Social, Juventude, Desporto e Cultura
04. Universidade Intergeracional Fernando Pessoa (UIFP)
05. Cemitério

Mantêm-se as políticas de imputação e chaves de repartição de custos adotadas no exercício anterior, garantindo-se assim a comparabilidade entre exercícios.
Mantêm-se também, as políticas de desagregação entre Despesas de Funcionamento e Despesas das Atividades para que os custos relativos ao pessoal, afeto diretamente ao desenvolvimento das funções sociais e objetivos estratégicos, sejam imputados ao Plano de Atividades (PA) e os custos relativos aos serviços básicos da autarquia, como serviços administrativos e do cemitério, sejam imputados às Despesas de Funcionamento.

5. Apresentação Geral do Orçamento

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano é de €1.200.000,00.
As receitas correntes ascendem a €1.174.500,00 e suportam as despesas correntes no montante de €1.094.480,00, respeitando-se assim o princípio do equilíbrio previsto no

POCAL. Por seu lado, as receitas de capital e outras receitas cifram-se em €25.500,00 e as despesas de capital em €105.520,00.

Resumidamente, em comparação com o ano anterior, identificam-se os seguintes pontos-chave deste orçamento:

- Reforço da receita em €10.000,00 resultante do aumento das receitas provenientes de impostos diretos, das transferências da CMP e do Fundo de Financiamento das Freguesias;

- Reforço das despesas com pessoal em €22.970,00 decorrente, maioritariamente, da inclusão dos meios tempos no órgão executivo. O presidente da Junta assumirá, pela primeira vez, meio tempo sendo os restantes atribuídos aos vogais Eduardo Serrão, Adelaide Mariz e Maria José Oliveira, conforme o disposto no n.º 3 do art.º 27.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (LOE), em conjugação com a alínea d) do n.º 6 do art.º 44.º da LOE 2016. Esta distribuição permitirá uma melhor remuneração do elenco governativo da freguesia e, em consequência, maior disponibilidade dos seus membros e menos sobrecarga do presidente.

- Reforço do PA em €1.110,00;

- Diminuição do PPI em €4.000,00.

Q.1 Receitas e Despesas por classificação Económica

Receitas	Valor	%	Despesas	Valor	%
Receitas Correntes			**Despesas Correntes**		
Impostos Diretos	65.000,00 €	5,42%	Despesas c/ o Pessoal	611.355,00 €	50,95%
Impostos Indiretos	20,00 €	0,00%	Aquisição de Bens e Serviços	399.175,00 €	33,26%
Taxas, Multas, Penalidades	109.830,00 €	9,15%	Juros e Outros Encargos	100,00 €	0,01%
Rendimentos Propriedade	250,00 €	0,02%	Transferências Correntes	53.580,00 €	4,47%
Transferências Correntes	907.450,00 €	75,62%	Outras Despesas Correntes	30.270,00 €	2,52%
Venda Bens e Serviços	70.150,00 €	5,85%			
Outras Receitas Correntes	21.800,00 €	1,82%			
Receitas Capital			**Despesas de Capital**		
Venda Bens Investimento	25.000,00 €	2,08%	Aquisição de Bens de Capital	105.520,00 €	8,79%
Outras Receitas de Capital	250,00 €	0,02%			
Reposições não Abatidas	250,00 €	0,02%			
Saldo da Gerência Anterior	0,00 €	0,00%			
Total das Receitas	**1.200.000,00 €**	**100,00%**	**Total Despesas**	**1.200.000,00 €**	**100,00%**

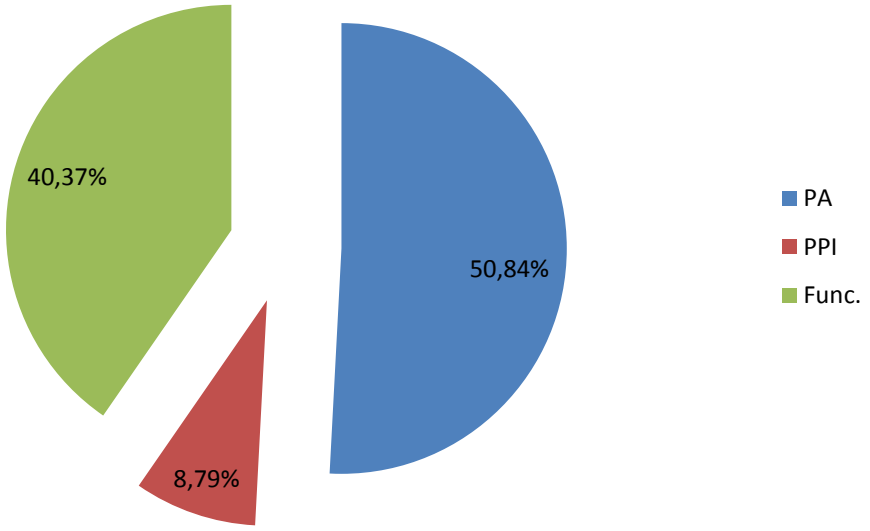
No que se refere à receita, identificamos como principais fontes de financiamento as transferências correntes, no valor de €907.450,00, representando 75,62% sobre o total da receita e as receitas provenientes de taxas, multas e penalidades, no montante de €109.830,00, com um peso de 9,15% sobre o total da receita.

No que se refere à despesa mantêm-se os princípios de contenção de custos, da identificação rigorosa das despesas obrigatórias que resultam, nomeadamente, de encargos com pessoal, custos fixos das instalações e compromissos com terceiros, decorrentes de contratos em curso.

As despesas correntes desagregam-se entre despesas com pessoal no valor de €611.355,00 (50,95%), aquisições de bens e serviços no valor de €399.175,00 (33,36%), transferências correntes no valor de €53.580,00 (4,47%) e outras despesas correntes, no valor de €30.270,00 (2,52%).

A análise global do orçamento, decomposta entre as GOP e as Despesas de Funcionamento, evidencia que 59,63% das despesas se destinam às GOP (PPI 8,79% e PA 50,84%) e 40,37% se destinam a Despesas de Funcionamento.

G1. Orçamento 2017 (GOP e Funcionamento)



5.1 Previsão das Receitas

Para 2017, prevê-se que a receita da Freguesia seja de €1.200.000,00, repartindo-se entre as receitas correntes, no montante de €1.174.500,00 (97,90%), e as receitas de capital e outras, no montante de €25.500,00 (2,10%).

A receita corrente evidencia um aumento de €9.600,00 (0,82%) face ao ano anterior, e as receitas de capital e outras sofrem um aumento de €400,00 (1,59%).

As principais variações ao nível das receitas correntes decorrem do reforço da rubrica de impostos diretos (4,84%), das transferências correntes (1,86%) e outras receitas correntes (19,45%), por contrapartida da diminuição das rubricas de taxas, multas e outras penalidades (-9,17%) e ainda, da rubrica de venda de bens e serviços (-3,37%).

Na previsão das receitas de capital manteve-se o espírito de prudência adotado no ano transato, atentas as dificuldades das famílias para investimentos desta natureza.

Q.2 Evolução das Receitas por Classificação Económica

Designação da Rubrica	2015	2016	2017	%	Variação	Δ %
Receitas Correntes						
Impostos Diretos	38.500,00 €	62.000,00 €	65.000,00 €	5,42%	3.000,00 €	4,84%
Impostos Indiretos	110,00 €	20,00 €	20,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Taxas, Multas, Penalid.	132.530,00 €	120.920,00 €	109.830,00 €	9,15%	-11.090,00 €	-9,17%
Rendimentos Propriedade	50,00 €	250,00 €	250,00 €	0,02%	0,00 €	0,00%
Transferências Correntes	825.150,00 €	890.860,00 €	907.450,00 €	75,62%	16.590,00 €	1,86%
Venda Bens e Serviços	75.500,00 €	72.600,00 €	70.150,00 €	5,85%	-2.450,00 €	-3,37%
Outras Receitas Correntes	22.610,00 €	18.250,00 €	21.800,00 €	1,82%	3.550,00 €	19,45%
Total Receitas Correntes	**1.094.450,00 €**	**1.164.900,00 €**	**1.174.500,00 €**	**97,88%**	**9.600,00 €**	**0,82%**
Receitas Capital						
Venda Bens Investimento	35.500,00 €	25.000,00 €	25.000,00 €	2,08%	0,00 €	0,00%
Outras Receitas de Capital	50,00 €	50,00 €	250,00 €	0,02%	200,00 €	400,00%
Reposições não Abatidas	0,00 €	50,00 €	250,00 €	0,02%	200,00 €	400,00%
Saldo da Gerência Ant.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total Receitas de Capital	**35.550,00 €**	**25.100,00 €**	**25.500,00 €**	**2,13%**	**400,00 €**	**1,59%**
Total das Receitas	**1.130.000,00 €**	**1.190.000,00 €**	**1.200.000,00 €**	**100,00%**	**10.000,00 €**	**0,84%**

A previsão das receitas, nos termos do previsto no POCAL e na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, teve por base as receitas cobradas nos anos anteriores.

5.1.1 Impostos Diretos e Indiretos

Esta rubrica inclui as receitas provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), transferido para as freguesias nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 23º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Tendo em conta os valores executados em 2016 reforçamos a previsão no orçamento 2017 para €65.000,00, ou seja, um aumento de €3.000,00 face ao orçamento inicial de 2016.

5.1.2 Taxas, Multas e Outras Penalidades

Esta rubrica sofre uma redução de €11.090,00 face ao ano anterior, passando para o montante €109.830,00, procedente sobretudo de uma maior prudência na previsão das receitas provenientes dos mercados, cemitério e prolongamentos escolares e licenciamento de atividades.

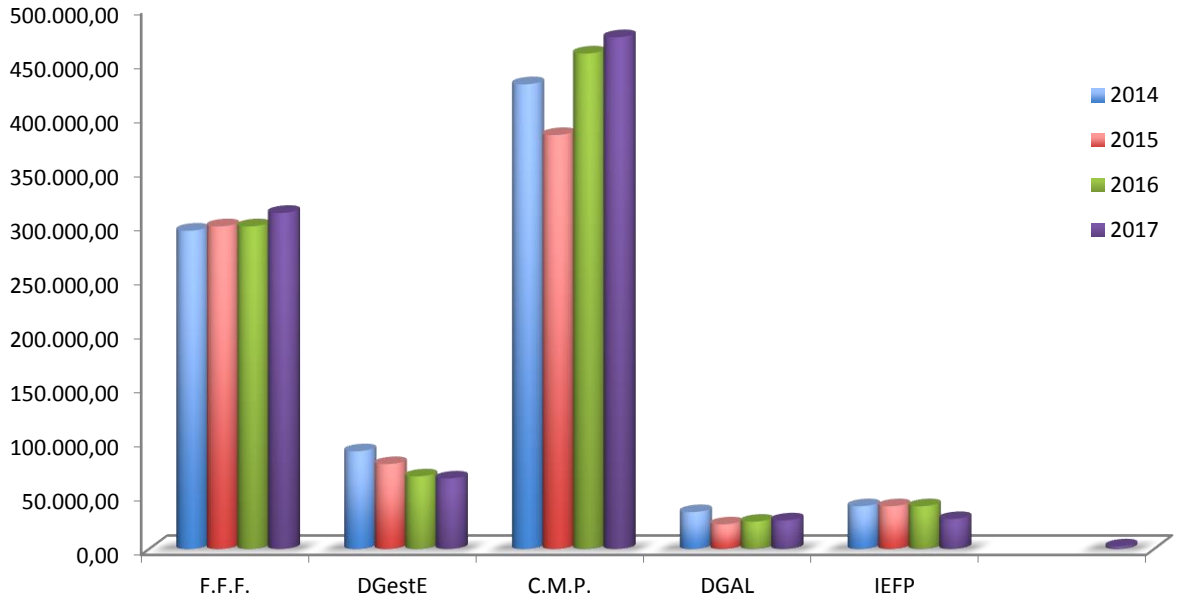
5.1.3 Transferências Correntes

No cômputo geral a rubrica sofre um aumento de €16.590,00 fixando-se nos €907.450,00. Em termos positivos destaca-se o aumento de €12.340,00 nas receitas provenientes do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), e de €20.300,00 nas receitas da CMP destinadas a atividades, menor que no ano anterior (€75.050,00). Em termos negativos, salienta-se a diminuição das receitas destinadas às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e outras provenientes da CMP (-€5.350,00) e da DGEstE (- €2.000,00) e ainda, a redução em €12.000,00 das verbas provenientes do Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP, IP) por extinção do Protocolo de Apresentações Quinzenais.

Q.3 Evolução das Transferências

Descrição	2014	2015	2016	2017	Valor	Δ %
F.F.F.	295.000,00	299.000,00	299.000,00	311.340,00	12.340,00	4,13%
DGestE	91.500,00	79.500,00	68.000,00	66.000,00	-2.000,00	-2,94%
C.M.P.	429.710,00	383.000,00	458.050,00	473.000,00	14.950,00	3,26%
DGAL	34.500,00	23.000,00	25.500,00	26.750,00	1.250,00	4,90%
IEFP	40.000,00	40.000,00	40.000,00	28.000,00	-12.000,00	-30,00%
Outras	600,00	600,00	310,00	2.360,00	2.050,00	661,29%
TOTAL	**891.310,00**	**825.100,00**	**890.860,00**	**907.450,00**	**16.590,00**	**1,86%**

G2. Evolução das Principais Transferências Correntes



5.1.4 Venda de Bens e Serviços Correntes

Esta rubrica sofre uma redução de €2.450,00 face ao orçamento inicial de 2016, cifrando-se em €70.150,00, causada sobretudo por se ter incutido maior prudência na projeção das receitas, tendo por base a execução dos últimos anos.

5.1.5 Outras Receitas Correntes

Esta rubrica sofre um acréscimo face ao ano anterior, no montante global de €3.550,00, fixando-se nos €21.800,00 originado pelo ajuste do valor do protocolo celebrado com os CTT.

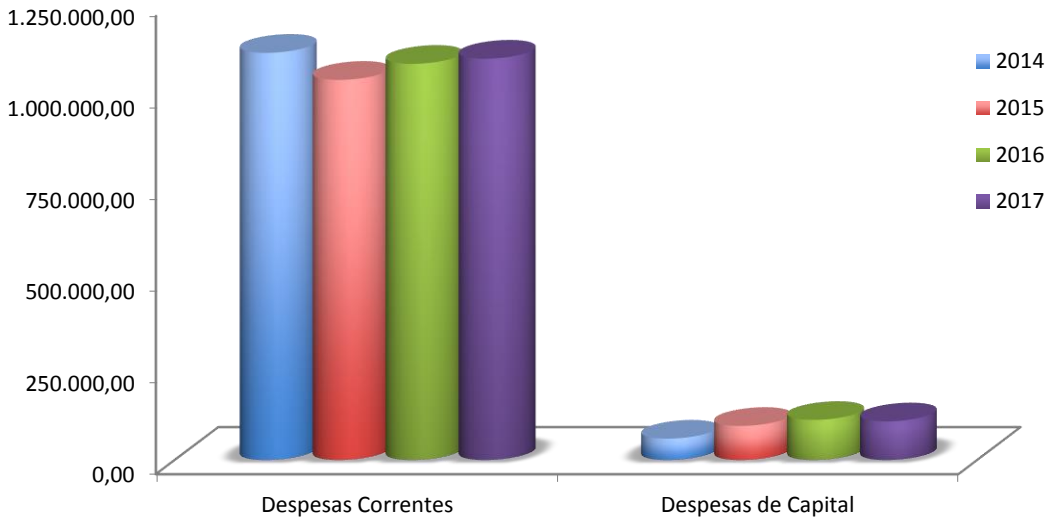
5.1.6 Receitas de Capital

Na previsão das receitas afetas a esta rubrica foi adotado o critério de exequibilidade face aos espaços disponíveis para concessão e potenciais interessados, mantendo-se os valores previsionais do ano anterior.

5.2 Previsão das Despesas

Para 2017 prevê-se que a despesa total da autarquia ascenda a €1.200.000,00, representando um aumento no montante de €10.000,00 (0,84%) face ao orçamento inicial do ano anterior.

G3. Estrutura da Despesa



Em termos estruturais, as despesas correntes representam 91,21% do orçamento, no montante de €1.094.480,00 enquanto as despesas de capital representam 8,79% do orçamento, no montante de €105.520,00.

Face à previsão inicial do ano transato verifica-se um acréscimo de €14.000,00 nas despesas correntes (1,30%) consequência do aumento das despesas com pessoal (3,9%), por contrapartida da redução das restantes rubricas: aquisição de bens e serviços (-1,42%), juros e outros encargos (-84,62%), transferências correntes (-1,14%) e outras despesas correntes (-6,31%).

As despesas de capital sofrem um decréscimo de €4.000,00 (-3,65%).

Q.4 Despesa por Rubrica

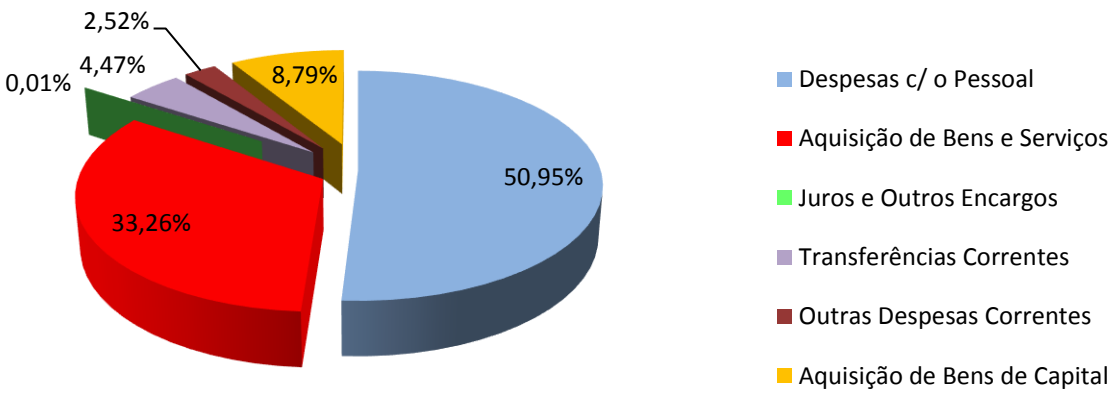
Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	Peso Estrutura
Despesas Correntes						
Despesas c/ o Pessoal	661.985,00	633.880,00	561.315,00	588.385,00	611.355,00	50,95%
Aquisição de Bens e Serviços	579.281,20	411.115,00	412.165,00	404.935,00	399.175,00	33,26%
Juros e Outros Encargos	5.786,50	2.550,00	300,00	650,00	100,00	0,01%
Transferências Correntes	40.000,00	31.500,00	35.500,00	54.200,00	53.580,00	4,47%
Outras Despesas Correntes	79.550,00	31.500,00	27.600,00	32.310,00	30.270,00	2,52%
Total Despesas Correntes	**1.366.602,70**	**1.110.545,00**	**1.036.880,00**	**1.080.480,00**	**1.094.480,00**	**91,21%**
Despesas de Capital						
Aquisição de Bens de Capital	67.103,50	58.295,00	93.120,00	109.520,00	105.520,00	8,79%
Total Despesas de Capital	**67.103,50**	**58.295,00**	**93.120,00**	**109.520,00**	**105.520,00**	**8,79%**
Total Despesas	**1.433.706,20**	**1.168.840,00**	**1.130.000,00**	**1.190.000,00**	**1.200.000,00**	**100,00%**

Q.5 Evolução da Despesa por Rubrica

Descrição	2014	P. E.	2015	P. E.	2016	P. E.	2017	P. E.	Variação	Δ %
Despesas Correntes										
Desp. c/ o Pessoal	604.131,15	48,89%	574.275,00	43,67%	588.385,00	49,44%	611.355,00	50,95%	22.970,00	3,90%
Aquis. Bens e Serv.	454.581,20	36,79%	455.255,00	34,62%	404.935,00	34,03%	399.175,00	33,26%	-5.760,00	-1,42%
Juros e Outros Encargos	2.550,00	0,21%	300,00	0,02%	650,00	0,05%	100,00	0,01%	-550,00	-84,62%
Transferências Correntes	33.500,00	2,71%	47.800,00	3,63%	54.200,00	4,55%	53.580,00	4,47%	-620,00	-1,14%
Outras Despesas Correntes	31.430,00	2,54%	24.850,00	1,89%	32.310,00	2,72%	30.270,00	2,52%	-2.040,00	-6,31%
Total	**1.126.192,35**	**91,15%**	**1.102.480,00**	**83,84%**	**1.080.480,00**	**90,80%**	**1.094.480,00**	**91,21%**	**14.000,00**	**1,30%**
Despesas de Capital										
Aquisição de Bens de Capital	109.405,00	8,85%	212.520,00	16,16%	109.520,00	9,20%	105.520,00	8,79%	-4.000,00	-3,65%
Total	**109.405,00**	**8,85%**	**212.520,00**	**16,16%**	**109.520,00**	**9,20%**	**105.520,00**	**8,79%**	**-4.000,00**	**-3,65%**
Total Despesas	**1.235.597,35**	**100,00%**	**1.315.000,00**	**100,00%**	**1.190.000,00**	**100,00%**	**1.200.000,00**	**100,00%**	**10.000,00**	**0,84%**

A análise da evolução das despesas por rubrica, dos últimos anos, permite constatar o reforço das despesas com pessoal, baseado sobretudo no enquadramento de pessoal em funções nas respetivas carreiras e categorias por via de contratos de trabalho a termo certo e/ou por tempo indeterminado, última etapa a regularizar, finalmente, pondo assim termo à precariedade de trabalho de seis funcionárias conforme promessa feita no início do mandato, regularizadas que foram outras situações já neste mandato.

G4. Despesa por Rubrica



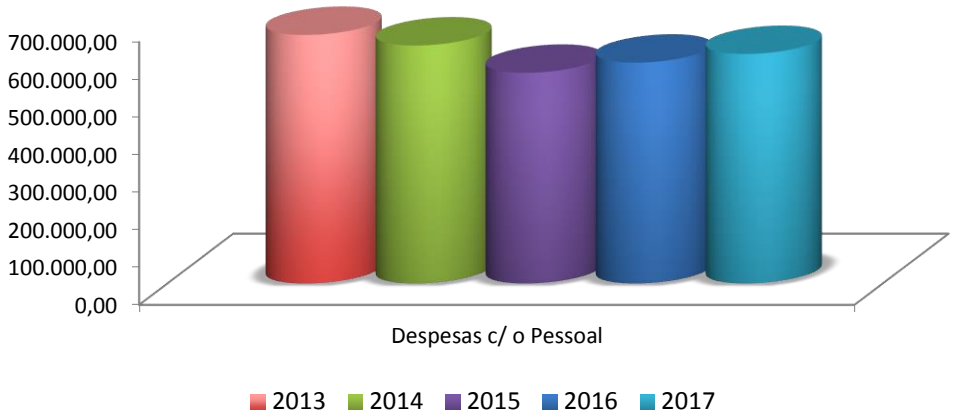
5.2.1 Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal, no montante de €611.355,00 representam 50,95% sobre a despesa total e evidenciam um aumento de €22.970,00 face ao ano anterior.

Este incremento na despesa deve-se sobretudo à distribuição dos tempos atribuídos ao órgão executivo (27.625,00) conforme atrás referido; à integração de um assessor da presidência (*lato sensu*) (€9.000); e ao ajuste das remunerações para o valor previsto no OE para o Salário Mínimo Nacional (SMN).

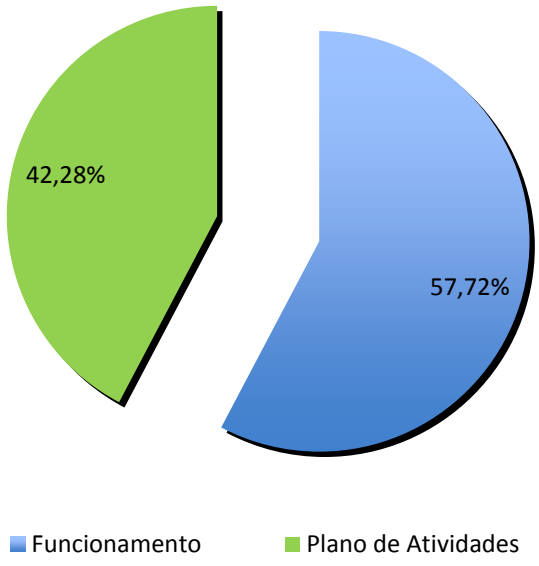
Em termos de diminuição da despesa, concomitantemente e razões anteriores, regista-se a rescisão de dois contratos por avença (serviços jurídicos e serviço de gestão da qualidade (SGQ) no valor de €15.180,00, dando mais dinâmica ao quadro de pessoal atenta a conjuntura e ainda, à previsão de menos um Contrato de Emprego Inserção (CEI).

G5. Evolução das Despesas com Pessoal



De salientar que do valor global das despesas com pessoal (611.355,00), 42,28% se referem ao Plano de Atividades e 57,72% às Despesas de Funcionamento, nas quais se incluem os serviços base da autarquia e os órgãos autárquicos.

G6. Desagregação das Despesas com Pessoal



5.2.2 Aquisição de Bens e Serviços

A rubrica de aquisição de bens e serviços representa 33,26% do total da despesa e sofre um decréscimo de €5.760,00 (1,42%) face ao ano anterior. Esta diminuição resulta do balanço entre a redução das despesas de funcionamento - €19.205,00 (sobretudo por já estar liquidado o acordo com as águas do porto relativo aos mercados de levante) e o incremento das despesas afetas ao plano de atividades € 13.445,00.

5.2.3 Juros e Outros Encargos

Não se prevê a existência de despesas significativas neste âmbito, pelo que o valor da dotação é meramente residual. Com a proposta de aquisição de uma viatura em contrato de *leasing* para substituição da mais antiga (se o concurso não demorar tanto tempo como o da atual, quase um ano), poderá a mesma ser revista no orçamento retificativo.

5.2.4 Transferências e Outras Despesas Correntes

Ao nível das rubricas de transferências e outras despesas correntes mantiveram-se os pressupostos do orçamento anterior, que assentam no objetivo de apoio e articulação com as escolas, coletividades e outras instituições da freguesia, no que se refere ao desenvolvimento de atividades educativas, culturais e recreativas e no âmbito do envolvimento social quer dos seniores, quer das crianças e jovens. Em conformidade prevê-se a afetação das seguintes verbas, por área:

- Escolas: valor global de €18.750,00 subdividido entre apoios diretos para despesas de limpeza, higiene e telefone (€7.250,00) e apoios indiretos para atividades de animação e apoio à família, palcos, transportes, ou outros solicitados (€11.500,00);
- Instituições sem fins lucrativos: o valor previsional dos apoios para as associações fixa-se nos €47.050, 00 dos quais €32.830,00 se referem a apoios diretos e €14.220,00 se referem a apoios indiretos;
- Famílias: o valor global previsto para apoio às famílias fixa-se em €13.500,00 incluindo não só o Fundo de Emergência Social (FES), como o apoio para a participação de seniores carenciados em atividades como a colónia de férias;

Q.6 Evolução dos Apoios Diretos e Indiretos

Descrição	2014			2015			2016			2017	
	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Execução	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Executado Nov.	Previsão	Dotação Corrigida	Executado Out.	Previsão	Δ%
Apoios Diretos											
Escolas	7.000,00	7.000,00	6.203,40	7.000,00	7.950,00	7.950,00	14.000,00	7.058,00	7.058,00	7.250,00	-48,21%
Instituições	18.500,00	23.250,00	23.048,21	18.500,00	26.150,00	27.079,10	26.500,00	48.000,00	43.978,00	32.830,00	23,89%
Famílias	6.000,00	8.000,00	4.594,87	10.000,00	13.700,00	11.045,05	13.700,00	17.000,00	8.936,78	13.500,00	-1,46%
Total Apoios Diretos	31.500,00	38.250,00	33.846,48	35.500,00	47.800,00	46.074,15	54.200,00	72.058,00	59.972,78	53.580,00	-1,14%
Apoios Indiretos											
Escolas	2.750,00	2.830,00	433,48	4.250,00	4.235,00	3.606,90	12.550,00	7.800,00	6.029,70	11.500,00	-8,37%
Instituições	22.500,00	18.500,00	13.917,38	20.250,00	15.050,00	13.057,23	15.050,00	16.972,00	10.328,67	14.220,00	-5,51%
Total Apoios Indiretos	25.250,00	21.330,00	14.350,86	24.500,00	19.285,00	16.664,13	27.600,00	24.772,00	16.358,37	25.720,00	-6,81%
Total	**56.750,00**	**59.580,00**	**48.197,34**	**60.000,00**	**67.085,00**	**62.738,28**	**81.800,00**	**96.830,00**	**76.331,15**	**79.300,00**	**-3,06%**

Face ao ano anterior as rubricas de apoios sofrem uma ligeira diminuição de 3,06% (€2.500). Não obstante, mantêm-se os pressupostos de colaboração e articulação com as associações (dotação global de €47.050,00) e escolas (€18.750,00) da freguesia e as medidas de apoio à família (€13.500,00). É expectável que estes valores possam ser revistos em alta aquando da elaboração do orçamento retificativo.

Em termos de classificação funcional os apoios subdividem-se conforme quadro seguinte:

Q.6.1 Apoios Diretos e Indiretos por Funções

Designação do Programa	Proj/Ação	Dotação 2017
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO		**22.250,00 €**
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E PROLONGAMENTOS	4	8.700,00 €
DESLOCAÇÕES E VISITAS TEMÁTICAS DAS EB1 DE RAMALDE	56	5.000,00 €
ESCOLAS E COMUNIDADE EDUCATIVA	60	8.550,00 €
AÇÃO SOCIAL E APOIO ÀS FAMÍLIAS		**26.400,00 €**
FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	16	10.000,00 €
OKAPA RAMALDE	23	10.000,00 €
MOVIMENTO SOCIAL	59	6.400,00 €
CULTURA		**12.550,00 €**
DIA DO VIZINHO	27	500,00 €
PARTICIPAÇÃO NAS RUSGAS DE S. JOÃO	35	4.000,00 €
DINAMIZAÇÃO CULTURAL	42	8.050,00 €
JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER		**14.000,00 €**
VOLEIBOL	28	1.500,00 €
RAMALDE HÓQUEI.	39	7.250,00 €
FUTEBOL EM RAMALDE	55	4.500,00 €
DIA INTERNACIONAL DA FAMÍLIA - N-DAY	58	750,00 €
ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL		**4.100,00 €**
COLÓNIA DE FÉRIAS - SENIORES	32	3.500,00 €
MAGUSTOS	40	600,00 €
Total		**79.300,00 €**

6. Grandes Opções do Plano (GOP)

O valor global das GOP para 2017 ascende a €715.575,00, absorvendo 59,63% do orçamento total da autarquia. Este valor desagrega-se entre o PPI no montante de €105.520,00 (8,79%) e o PA no montante de €610.055,00 (50,84%).

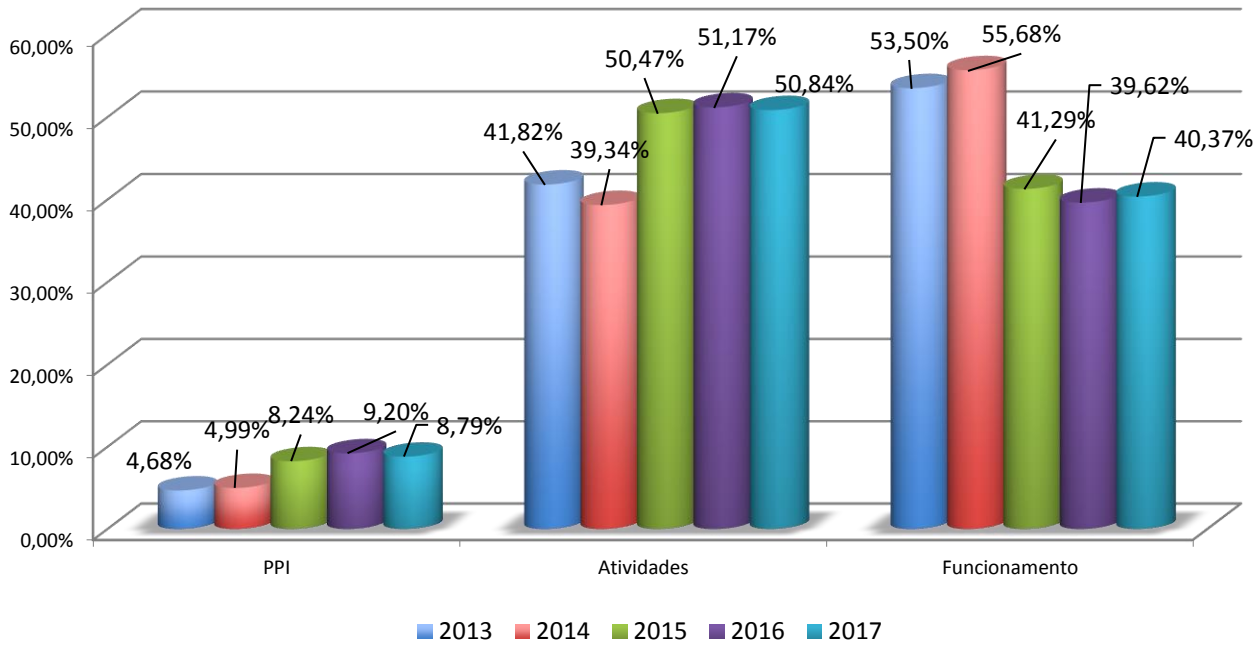
Q.7 GOP e Despesas de Funcionamento

Class. Orgân.	GOP						Funcionamento		Orçamento
	PPI	%	PA	%	Total GOP	%	Total Funcionamento	%	Total Despesas
01.01	160,00	0,01%	50,00	0,00%	210,00	0,02%	2.880,00	0,24%	3.090,00
01.02	37.300,00	3,11%	1.000,00	0,08%	38.300,00	3,19%	92.655,00	7,72%	130.955,00
02	9.250,00	0,77%	19.160,00	1,60%	28.410,00	2,37%	291.620,00	24,30%	320.030,00
03	22.250,00	1,85%	552.815,00	46,07%	575.065,00	47,92%	52.040,00	4,34%	627.105,00
04	2.200,00	0,18%	30.050,00	2,50%	32.250,00	2,69%	30,00	0,00%	32.280,00
05	34.360,00	2,86%	6.980,00	0,58%	41.340,00	3,45%	45.200,00	3,77%	86.540,00
Total	**105.520,00**	**8,79%**	**610.055,00**	**50,84%**	**715.575,00**	**59,63%**	**484.425,00**	**40,37%**	**1.200.000,00**

A análise da despesa na ótica das GOP e das Despesas de Funcionamento, distribuída pelas diversas orgânicas, permite concluir que, à semelhança dos anos anteriores, as orgânicas 03 – Educação, Ação Social, Juventude, Desporto e Cultura e 04 – Universidade Intergeracional Fernando Pessoa, refletem, em maior grau, as atividades previstas no PA, consumindo 95% do plano de atividades e 54,95% do total do orçamento (€659.385,00).

Esta análise permite ainda verificar a convergência das dotações orçamentais com os objetivos estratégicos definidos para este mandato no que se refere à Educação, Coesão Social e Cooperação com o Movimento Associativo.

G7. Evolução das GOP e Funcionamento



6.1 Plano de Atividades (PA)

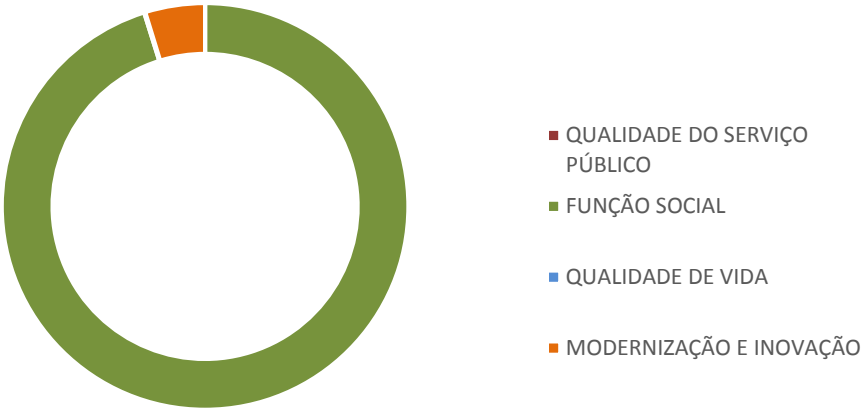
O montante global afeto ao PA ascende a €610.055,00, representando 50,84% sobre o total do orçamento, e um acréscimo de €1.110,00 face ao ano anterior.

Q.8 Classificação Funcional das Atividades

Obj.	Designação do Programa	Dotação 2017	%
01	**QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO**	**50,00 €**	**0,01%**
02	**FUNÇÃO SOCIAL**	**580.430,00 €**	**95,14%**
	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	214.180,00 €	**35,11%**
	AÇÃO SOCIAL E APOIO ÀS FAMÍLIAS	195.950,00 €	**32,12%**
	ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL	24.255,00 €	**3,98%**
	CULTURA	66.020,00 €	**10,82%**
	JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER	51.085,00 €	**8,37%**
	COESÃO SOCIAL	28.940,00 €	**4,74%**
03	**QUALIDADE DE VIDA**	**550,00 €**	**0,09%**
04	**MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO**	**29.025,00 €**	**4,76%**
TOTAL GERAL		**610.055,00 €**	**100,00%**

A análise do PA por funções permite concluir que as funções sociais continuam a ser a prioridade estratégica deste órgão executivo, representando 95,14%. Entre estas atividades destacam-se a educação e formação, com um peso de 35,11%, e a ação social e apoio às famílias, com um peso de 32,12% sobre o total do PA.

G8. Distribuição do PA por Funções



Dentro das funções sociais serão desenvolvidas as seguintes atividades, por áreas:

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	**P/A**	**214.180,00 €**	**35,11%**
PROGRAMA DAS PISCINAS	29	1.500,00 €	0,25%
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E PROLONGAMENTOS	4	158.680,00 €	26,01%
ATIVIDADES DE FÉRIAS (NATAL, CARNAVAL, PÁSCOA E VERÃO)	37	32.550,00 €	5,34%
FESTAS DE FINAL DE ANO/PERIODO	47	400,00 €	0,07%
PROJETO "RAMALDE EDUCAR PARA A CIDADANIA"	49	6.000,00 €	0,98%
CONCURSOS DIVERSOS	13	300,00 €	0,05%
DIAS DEDICADOS	14	600,00 €	0,10%
DIA MUNDIAL DA CRIANÇA	25	500,00 €	0,08%
SEMANA EUROPEIA DE PREVENÇÃO DE RESÍDUOS	44	100,00 €	0,02%
ESCOLAS E COMUNIDADE EDUCATIVA	60	8.550,00 €	1,40%
DESLOCAÇÕES E VISITAS TEMÁTICAS DAS EB1 DE RAMALDE	56	5.000,00 €	0,82%

Ao nível da educação e formação, o programa das piscinas tem como objetivo principal: permitir aos alunos do 4º ano das EB a frequência de aulas de natação durante as aulas de desporto das AEC, o que para alguns é uma oportunidade única. As AEC e os Prolongamentos têm diversas variantes: aulas de desporto, de inglês, de música e lúdico-expressivas. No apoio à família (prolongamentos) proporcionamos a realização de trabalhos de casa, aulas de dança, taekwondo e yoga. Estas atividades garantem a possibilidade de os alunos permanecerem nas EB até às 18h30. As atividades de férias surgem para colmatar a ausência de escola para os alunos. Desta forma, os pais têm a possibilidade de inscreverem os filhos nestas atividades entre as 8h30 e 18h30.

A continuidade do Projeto Educar para a Cidadania é de extrema importância na medida do sucesso desejável e em crescendo. Para além das sessões que os alunos têm com o presidente da Junta, com ele interagindo, são-lhes transmitidos conceitos básicos e fundamentais sobre política, cidadania e democracia, rematando esta aprendizagem com visita de estudo no final do ano letivo à AR (é este o seu único custo financeiro) para perceberem *in loco* como funciona e se organiza a sociedade política. É todo um enriquecimento útil que a Junta lhes proporciona, todos sabemos o afastamento que os cidadãos têm hoje da política e da sua importância, também dos políticos, exatamente por falta desta formação. Este projeto é muito mais que uma "carolice" do presidente da Junta, é um olhar largo sobre a política como ela merece ser compreendida pelos que amanhã serão cidadãos adultos. A Junta - é bom perceber-se -, vive, felizmente, muito de "carolices" e serviço de voluntariado de muita gente que, na freguesia, nos ajuda abnegadamente: Coletividades, Associações, IPSS e UIFP. É que a política importa, sem ela o fracasso da sociedade é inevitável (Síria, Iraque, Líbia são disso exemplo).

As comemorações dos dias dedicados nas EB são também importantes, permitem a realização de diferentes atividades, e até a inclusão dos pais nestes dias especiais do calendário anual: dia da mãe, dia do pai, dia da família, etc. As escolas e comunidade educativa necessitam de apoios para o melhor funcionamento e manutenção dos espaços, desenvolvimento das atividades, bem como da logística e articulação entre todos os seus membros. Estes apoios contemplam atividades como visitas de estudo e deslocações

diversas. Repetimo-lo, é na Ação Social e na Educação que estão as apostas mais fortes da Junta de Ramalde, sobretudo na segunda, exatamente pela inovação e ousadia de, no

passado, a então Junta ter apostado (um risco) na promoção das AEC. Tem agora um *know-how* onde, reconhecidamente, continua a fazer a diferença. Só nos falta mesmo o conforto da almofada (já esvaziada completamente) financeira que tinha no passado.

AÇÃO SOCIAL E APOIO ÀS FAMÍLIAS

AÇÃO SOCIAL E APOIO ÀS FAMÍLIAS	**P/A**	**195.950,00 €**	**32,12%**
AÇÃO SOCIAL - TRANSPORTES/DESLOCAÇÕES	3	29.815,00 €	4,89%
SERVIÇO SOCIAL - ACOMPANHAMENTO E APOIO TÉCNICO	7	62.785,00 €	10,29%
FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	16	10.000,00 €	1,64%
RAMALDE SOLIDÁRIO	17	10.000,00 €	1,64%
OFICINA DE MANUTENÇÃO	21	650,00 €	0,11%
PROGRAMA ESCOLHAS "PROJETO RAIZ"	22	350,00 €	0,06%
OKAPA RAMALDE	23	10.000,00 €	1,64%
DIAGNOSTICO SOCIAL	24	2.750,00 €	0,45%
GIP P/ APOIO AO EMPREGO E COMBATE AO DESEMPREGO	5	24.080,00 €	3,95%
PASSEIO DOS SENIORES	30	8.100,00 €	1,33%
COLÓNIA BALNEAR INTERGERACIONAL	31	4.550,00 €	0,75%
COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - ALIMENTAÇÃO	8	26.470,00 €	4,34%
MOVIMENTO SOCIAL	59	6.400,00 €	1,05%

No que se refere à ação social, esta integra diferentes vertentes e frentes de combate:

- O atendimento social, o acompanhamento social de proximidade e o apoio às famílias que têm como recursos fundamentais, entre outros: o Fundo de Emergência Social (FES), o Projeto Ramalde Solidário (loja social e takeaway), a Componente de Apoio à Família (CAF) (alimentação) e a Colónia de Férias Intergeracional.
- A intervenção social comunitária que assenta no desenvolvimento de projetos, tais como:

- "Projeto RAIZ" (Bairros de Ramalde e das Campinas), do qual esta autarquia é entidade parceira;

- "Projeto OKAPA Ramalde", candidatura sujeita à aprovação do Programa Escolhas, do qual serão beneficiários crianças e jovens (a partir dos 10 anos) e familiares (bairros de Ramalde do Meio e de Francos). A nossa autarquia será a entidade promotora contribuindo com uma verba significativa para um projeto com a duração de dois anos, tentando com esta candidatura recuperar o Ramalde de Intervenção não renovado.

- O diagnóstico social da freguesia que será realizado em parceria com o Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) e que assegurará a recolha, o tratamento e a análise da informação, bem como a qualidade científica do documento. Este instrumento permitirá assim aprofundar o conhecimento sobre as principais problemáticas sociais que afetam a freguesia, com vista a melhorar as políticas locais de intervenção social, em articulação com a rede social. A iniciativa da elaboração do diagnóstico social surge do Grupo Informal de Ação Social (GIAS) que integra a freguesia, grupo este composto também pelo Exército de Salvação, a ASAS de Ramalde e o Projeto RAIZ (Obra Social do Sagrado Coração de Maria). Ainda no âmbito do trabalho do GIAS, está também prevista a implementação do projeto-piloto de combate à solidão dos idosos, bem como a dinamização da Comissão Social de Freguesia.

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL	**P/A**	**24.255,00 €**	**3,98%**
COLÓNIA DE FÉRIAS - SENIORES	32	3.500,00 €	0,57%
ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL AOS CENTROS DE DIA/CONVÍVIO	36	3.500,00 €	0,57%
ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL	6	16.305,00 €	2,67%
MAGUSTOS	40	650,00 €	0,11%
ENCONTROS INTERGERACIONAIS "AVÓS E NETOS"	54	300,00 €	0,05%

No âmbito da Animação Sociocultural dirigida aos seniores, outra das vertentes da Ação Social, será dada continuidade à Colónia de Férias – Seniores; à Animação Sociocultural nos centros de dia e de convívio, aos Encontros Intergeracionais, entre outras iniciativas.

CULTURA

CULTURA	P/A	66.020,00 €	10,82%
COROS DE RAMALDE	11	8.600,00 €	1,41%
DIA DO VIZINHO	27	1.100,00 €	0,18%
FESTIVAL DE FOLCLORE	33	3.000,00 €	0,49%
FESTAS DE S. JOÃO	34	2.000,00 €	0,33%
PARTICIPAÇÃO NAS RUSGAS DE S. JOÃO	35	4.000,00 €	0,66%
FESTIVAL DA CANÇÃO INFANTIL E JUVENIL DE RAMALDE	38	3.720,00 €	0,61%
DINAMIZAÇÃO CULTURAL	42	8.050,00 €	1,32%
UNIVERSIDADE SENIOR DE RAMALDE/UIFP	9	30.000,00 €	4,92%
OUTROS EVENTOS CULTURAIS	50	2.500,00 €	0,41%
ATIVIDADES TEMÁTICAS	51	1.050,00 €	0,17%
DIAS DEDICADOS - CULTURA	53	2.000,00 €	0,33%

Na vertente cultural, é nosso objetivo manter um conjunto de atividades que promovam a participação da população e das coletividades que se dedicam a esta área: os quatro Coros da Junta de Ramalde (Sénior, Infantil, Funcionários e UIFP), o Festival da Canção Infantil e Juvenil, o Festival de Folclore, os Dias Dedicados, a Universidade Intergeracional Fernando Pessoa e as Rusgas de São João.

JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER

JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER	P/A	51.085,00 €	8,37%
JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER	2	18.970,00 €	3,11%
OLIMPÍADAS DE RAMALDE	48	1.000,00 €	0,16%
DIA RADICAL	18	300,00 €	0,05%
DIA MUNDIAL DA ATIVIDADE FÍSICA/SAÚDE	19	500,00 €	0,08%
TRAIL URBANO DE RAMALDE	20	3.550,00 €	0,58%
TORNEIO FUTSAL	26	350,00 €	0,06%
VOLEIBOL	28	2.000,00 €	0,33%
RAMALDE HÓQUEI.	39	8.000,00 €	1,31%
ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES	41	1.000,00 €	0,16%
GUITARRADAS	43	5.415,00 €	0,89%
TORNEIO HÓQUEI EM CAMPO/SALA VETERANOS	45	300,00 €	0,05%
GIRA VOLEI	46	1.100,00 €	0,18%
OUTROS EVENTOS DESPORTIVOS E TEMÁTICOS	52	750,00 €	0,12%
FUTEBOL EM RAMALDE	55	6.200,00 €	1,02%
DIA INTERNACIONAL DA FAMÍLIA - N-DAY	58	1.650,00 €	0,27%

No âmbito do Desporto, Juventude e Lazer, a comemoração dos dias temáticos tem como objetivo envolver a comunidade através da realização de diversas atividades.
As Olimpíadas de Ramalde promovem a competição entre os alunos da freguesia, durante o ano nas AEC, culminando com uma pequena alusão aos jogos olímpicos para os mais jovens. Este ano também se pretende criar uma iniciativa que abranja ainda mais moradores da freguesia, fomentando a prática desportiva com o *Trail* Urbano de Ramalde e, ao mesmo tempo, trazer gente de fora para conhecer a nossa freguesia um tanto afastada do centro histórico e turístico do Porto onde, dizem por aí, desconhecimento por certo, do que fazemos, "tudo acontece".

Por exemplo, além das AEC, outro projeto inovador na cidade - o "Ramalde Hóquei." -, um projeto de continuidade que proporciona aos alunos(as) a oportunidade de jogarem hóquei em campo nas aulas de desporto, dando assim aos dois clubes da freguesia (Viso e Ramaldense) a possibilidade do recrutamento de atletas para as suas equipas.

As guitarradas continuam as aulas de guitarra para os alunos da freguesia lecionadas por duas professoras de música a quem a Junta muito deve pela sua dedicação e capacidade de inovação.

A realização de torneios potencia e motiva as equipas em competições diferentes, daí a relevância da realização dos mesmos em diversas modalidades. Sendo ainda de grande importância o apoio atribuído, tanto ao voleibol, como ao futebol e ao gira vólei.

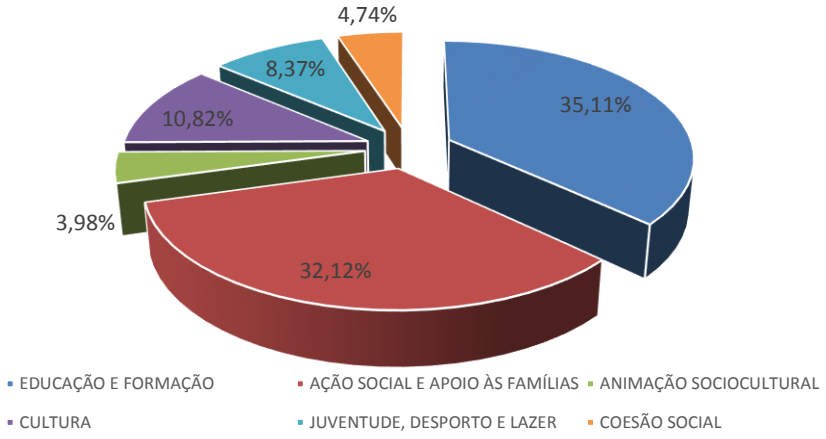
COESÃO SOCIAL

COESÃO SOCIAL	**P/A**	**28.940,00 €**	**4,74%**
TRABALHO OCUPACIONAL DE DESEMPREGADOS	1	28.940,00 €	4,74%

Ainda no âmbito do programa de Coesão Social, considerando a situação socioeconómica que o país e a freguesia atravessam - também os constantes pedidos de integração por parte da comunidade -, manteremos as medidas de cooperação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP), nomeadamente a celebração de Contratos de Emprego Inserção CEI+ e com a Direção Geral da Reinserção e Serviços Prisionais

no que se refere à integração de cidadãos sancionados com trabalho a favor da comunidade.

G9. Funções Sociais

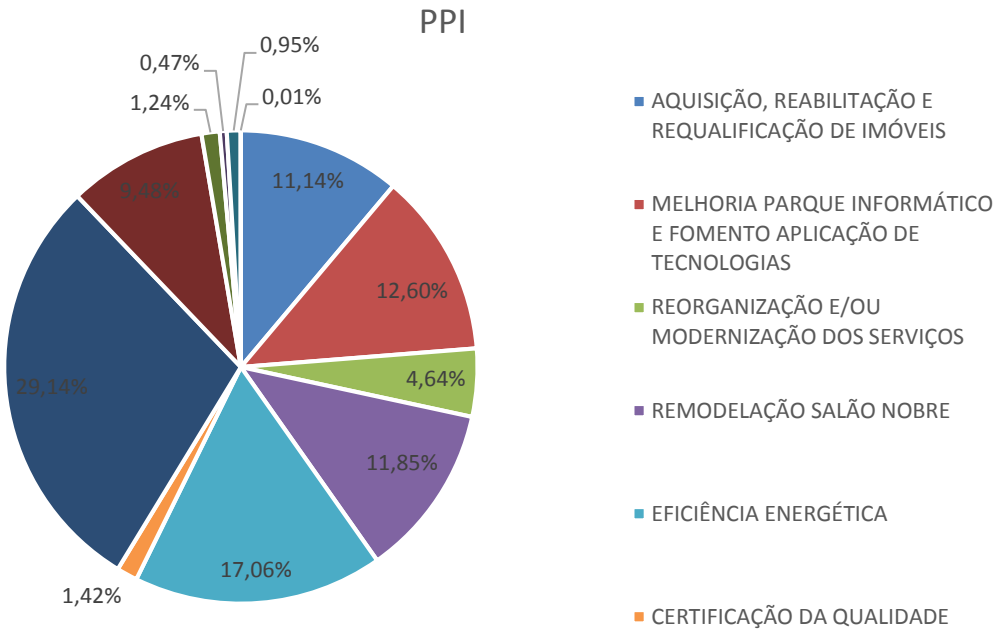


6.2 Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

No que se refere ao investimento para 2017 manteremos o objetivo de modernização ao nível tecnológico e informático da autarquia, e também, o objetivo de melhoria das instalações ao nível de eficiência energética inseridos no Programa "Portugal 2020", para o qual já apresentamos a candidatura ao Fundo de Eficiência Energética.

Nesta conformidade, de entre os investimentos previstos no PPI, destacamos:

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	
AQUISIÇÃO, REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS	11.750,00 €
MELHORIA PARQUE INFORMÁTICO E FOMENTO APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS	13.300,00 €
REORGANIZAÇÃO E/OU MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	4.900,00 €
REMODELAÇÃO SALÃO NOBRE	12.500,00 €
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	18.000,00 €
CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE	1.500,00 €
CEMITÉRIO, REMODELAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DAS CAPELAS MORTUÁRIAS E WC´S	30.750,00 €
AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE VIATURAS	10.000,00 €
OUTROS INVESTIMENTOS	1.310,00 €
REPARAÇÕES NAS ESCOLAS	500,00 €
OFICINA DE MANUTENÇÃO	1.000,00 €
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	10,00 €
TOTAL	**105.520,00 €**



Não obstante, os objetivos inseridos no PPI inicial para 2017 perspetiva-se que, aquando da elaboração do orçamento retificativo, sejam reforçados os valores relativos ao projeto de eficiência energética (edifício sede e UIFP), investimentos no cemitério e na UIFP.

7. Conclusão

Está quase tudo dito e escrito acima. Devo recordar apenas que o orçamento retificativo dará mais colorido às atividades programadas e aos investimentos nas três frentes de combate estudadas e planeadas mas que, por razões diversas – é este o nosso "calcanhar de Aquiles", não o negamos nem escamoteamos - têm emperrado: nos dois edifícios da Junta (velho e novo), no cemitério (diversas intervenções, incluídas o complexo mortuário) e na UIFP. Mas é um "calcanhar de Aquiles" algo virtuoso, não atingido por seta envenenada e mortífera de um qualquer Páris nem vinga a morte do irmão Heitor. Bem ao contrário, esta Junta tem sido atingida (e motivada) por uma seta prodigiosa, parece um toque do rei Midas, quando se constata o valor acumulado dos sucessivos saldos de gerência. Mas muita atenção, cuidado e prudência: não temos que imitar o rei na sua conhecida e mitológica ganância desmedida; este valor, nada despiciendo, protege-nos, é um facto; mas também há-de permitir mais atividades e investimentos a levar a cabo, nisso estamos apostados, também cumprindo aquele famoso dito de sabedoria e

prudência do imperador romano Augusto: "Apressa-te, mas devagar". Para tal, é nosso intuito remediar patologias graves nas capelas mortuárias do cemitério e resolver ali outros problemas; no edifício da UIFP e em ambos os edifícios da Junta, onde já vimos atuando em intervenções urgentes e de recurso, também no mais antigo onde há problemas graves de climatização no 1.º piso.

Ademais - é outro facto insofismável -, temos de ser realistas e, por isso, também muito prudentes pois o perímetro orçamental da autarquia, tal como o conhecemos e submetemos aqui à apreciação de V. Ex.cias, não possui, como se verifica, mais nascentes de água com grande caudal, as fontes de financiamento são muito limitadas e têm tido fraca evolução nos últimos anos. E, estou certo, só evoluirá mais se, como já aconteceu em Lisboa, se avançar com a tão propalada descentralização. O Governo fala em novidades para os municípios e freguesias em 2018, logo veremos se essa descentralização será ou não transversal e vertical, isto é, desça até às freguesias, até lá é como S. Tomé, ver para crer. A experiência também nos diz que nós os eleitos queremos muito mas é a Administração Pública (falo da máquina, do sistema, quem sabe de organização empresarial e das suas entropias percebe isto muito bem) que no terreno leva por diante o que entende ser melhor ou não. E quando quer ou lhe dá mais jeito, muito ciosa dos seus postos de trabalho. Por tal razão dou aqui nota do comentário oportuno do anterior Secretário-geral da presidência do Conselho de Ministros, Dr. Sousa Rego, que li recentemente no Expresso: "**A Administração Pública, tal como está, só atrapalha**", apontando cinco medidas para que a máquina (o sistema) deixe de "atrapalhar" e cumpra o que é preciso. Ele falava da AP, *stricto sensu*, mas também a administração municipal que nela cabe, *lato sensu*, enferma da mesma doença: sabemos o que sofremos para regatear e obter mais benefícios e soluções para a população de Ramalde em pequenos problemas. Nos maiores nem temos tido razões de queixa. Se juntarmos a tudo isto a muita burocracia e a parafernália legislativa que rege as autarquias, também a Lei dos compromissos e concursal, então percebemos por que estamos aqui e assim em Portugal.

Como é que temos dado a volta a alguns destes constrangimentos?
Primeiro, fazendo mais e melhor, com menos gastos, num combate implacável ao desperdício. Segundo, obtendo da maior parte dos recursos humanos da Junta, muito mais

apoio e disponibilidade do que estão obrigados a dar, também, ensinando, formando, insistindo, fazendo pedagogia. Infelizmente, erro crasso, a legislação não nos permite compensar os melhores. Terceiro e último, mas não o menos importante, contando com o apoio cada vez maior das Instituições e Coletividades mais importantes e ativas da freguesia, os nossos melhores aliados nesta política e programa de Coesão Social com quem temos parcerias e também apoiamos para o poder levar a todos os cantos da freguesia, sobretudo nas zonas mais desfavorecidas, tanto na ação social propriamente dita, como no desporto e na cultura, onde envolvemos largas dezenas de crianças, jovens e seniores, uma ação conjunta de enorme valia olhando para as famílias mais vulneráveis e sem condições para os seus mais jovens e crianças ou seniores poderem frequentar outras atividades. Note-se bem, sem qualquer tipo de "subsidiodependência", o pacto foi estabelecido desde início com regras muito bem definidas, apenas e só apoio que é troca e partilha a bem da comunidade, todos cumprindo os seus objetivos legais e estatutários, a Junta e as Coletividades irmanadas num só propósito, o bem comum, dezenas de voluntários dando o seu melhor a favor da comunidade e freguesia de Ramalde.

No relatório trimestral, darei conta ainda de outras informações para que V. Ex.cias possam ter da freguesia e do trabalho desta Junta uma noção muito exata, também dos problemas e constrangimentos com que nos debatemos muitas vezes e, obviamente, poderem ajudar-nos com sugestões e colaborando diretamente connosco. Serão todos bem-vindos, sem exceção ou escusa de qualquer tipo.

Com os meus cumprimentos de muita consideração,

António Gouveia

Presidente da Junta

No Porto, 2 dezembro de 2016